



Desenhando linhas imaginárias da agroecologia na RMBH - conexões, complexidades territoriais e produção de conhecimento no planejamento metropolitano

Designing imaginary lines of agroecology in RMBH - connections, territorial complexities and knowledge production in metropolitan planning

ALENCAR, Victor¹; MELGAÇO, Luísa²; COSTA, Heloisa³; NARDINI, Patricia⁴; ALMEIDA, Daniela⁵

1, 2, 3, 4, 5 AUÊ! - Grupo de Estudos em Agricultura Urbana, Universidade Federal de Minas Gerais; victoralencar.aue@gmail.com; melgaco.luisa@gmail.com; heloisasmcosta@gmail.com; patriciacnardini@gmail.com; daniadil.aue@gmail.com

Eixo temático: Agriculturas Urbana e Periurbana

Resumo: Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a trajetória de planejamento metropolitano aliada a pesquisas na universidade vem permitindo a investigação e proposição das temáticas agrária, rural e agrícola no planejamento, visando maior integração entre rural e urbano - a partir de uma abordagem não dicotômica do espaço e das dinâmicas sociais, assim como promover o fortalecimento da agroecologia. O objetivo deste trabalho é compartilhar essa experiência na qual linhas traçadas no papel interferem na ocupação do território, e instigar reflexões a partir de três dimensões: conexões possíveis no campo da institucionalidade, linhas imaginárias e as complexidades territoriais, e produção de conhecimento.

Palavras-chave: planejamento metropolitano; agriculturas; agroecologia.

Keywords: metropolitan planning; agriculture; agroecology.

Introdução

O planejamento urbano, como campo de atuação e de pesquisa, surge associado à busca de respostas para os problemas das cidades e, até recentemente, à crença em soluções apenas pelo conhecimento técnico e científico. Desde 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, lei nº10.257, o Plano Diretor é o instrumento básico para o planejamento municipal (BRASIL, 2001), sendo sua elaboração obrigatória para municípios que atendem critérios definidos por esta legislação. Em 2015, com a aprovação do Estatuto da Metrópole, pela lei nº 13.089/15, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para regiões metropolitanas se torna obrigatório, trazendo uma “nova” escala na disputa política pelo espaço (ALMEIDA, 2016).

Tradicionalmente, o planejamento atua pouco sobre os campos rural e agrário. Mesmo que o Estatuto da Cidade estabeleça que “o plano diretor deverá englobar o território do município como um todo” (BRASIL, 2001, p. 33), existem poucas experiências brasileiras que incorporam as zonas rurais em seu planejamento e evidenciam a complexidade das dinâmicas que acontecem nessas zonas, como o uso agrícola, a presença de áreas de interesse ambiental, de loteamentos em forma de condomínios,



sítio e chácaras, de dinâmicas ligadas ao turismo, dentre outros. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) o processo de planejamento metropolitano, considerou a integração entre rural e urbano, a partir de uma abordagem não dicotômica do espaço e das dinâmicas sociais, assim como a importância da agroecologia. O objetivo deste trabalho é compartilhar a experiência de incorporação da agricultura e das zonas rurais no planejamento territorial da RMBH, e refletir sobre esse processo, no qual linhas imaginárias traçadas no papel interferem na ocupação do território.

Metodologia

Composta por 34 municípios, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) possui diversas atividades econômicas, aspectos físicos e sociais, integração à centralidade de Belo Horizonte e sua área de conurbada, entre outros. A RMBH tem uma importante trajetória de planejamento desde os anos de 1970 em diferentes escalas, estadual, metropolitana e municipal. Desde 2009, vivencia um arranjo institucional inovador no âmbito do planejamento metropolitano e da integração entre os municípios. Ponto chave deste processo foi a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI-RMBH), aprovado em 2012, marco referencial importante de planejamento e gestão da RMBH. Como desdobramentos do PDDI-RMBH, foram elaborados o Projeto de Macrozoneamento Metropolitano - MZ-RMBH - entre 2013 e 2015, e o Projeto de Revisão dos Planos Diretores de 11 municípios metropolitanos - entre 2016 e 2018. Vale destacar que, concomitantemente foi sendo estruturada a proposta da Trama Verde e Azul (TVA). O PDDI-RMBH e seus desdobramentos foram elaborados pela Universidade Federal de Minas Gerais a partir de um contrato com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU e sob orientação da Agência de Desenvolvimento Integrado da RMBH.

As reflexões compartilhadas neste trabalho são fruto da interação do Grupo AUÊ - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG com o processo de planejamento que se estabeleceu na RMBH. Com atuação desde 2013, AUÊ! adotou como recortes temático e territorial prioritário para sua ação a agroecologia e agricultura urbana na RMBH, consolidando abordagens de pesquisa-ensino-extensão interdisciplinar. O Grupo compôs a equipe técnica dos projetos, buscando ampliar conexões entre iniciativas sociais, governamentais e redes de agroecologia. A seguir serão apresentadas algumas reflexões em torno do potencial dos instrumentos de planejamento urbano para o fortalecimento da agricultura e da agroecologia na RMBH.

Resultados e Discussão

Apesar da agricultura estar presente na RMBH, é possível perceber que ela ainda é considerada uma atividade residual, de irrelevante potencial econômico e associada a diversos impactos ambientais incompatíveis com a preservação ambiental. Tais



visões reproduzem generalizações e simplificações que não consideram as especificidades dos municípios; a diversidade de experiências e práticas agrícolas; o papel da produção local para o abastecimento regional; e invisibilizam formas de produção agrícola mais sustentáveis (Tupy *et al.*, 2015). Por outro lado, a diversidade das agriculturas - tais como uma diversidade de sujeitos que têm pautado preceitos e valores da agroecologia - e um rico conjunto de conformações socioespaciais ligadas aos sistemas agroalimentares em uma metrópole indicam diferentes conexões rural-urbano na metrópole, favorecendo abordagens não dicotômicas entre a agricultura e o urbano. A determinação de conformações socioespaciais, que se determinadas “do rural” e “do urbano”, simplificam a complexidade das relações sociais e das dinâmicas próprias das experiências.

Ao longo do processo de planejamento da RMBH foram produzidas leituras técnicas e comunitárias das dinâmicas territoriais, sistematizadas em estudos setoriais integrados. Dentre eles, merece destaque o conjunto de análises e propostas para promoção dos espaços agrícolas na RMBH - sejam eles em meio urbano ou rural - abordados a partir de uma perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional e em conexão com outros campos temáticos. Um dos resultados é a proposta de Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (PMISAN), que busca apoiar as atividades rurais e de abastecimento, promover a qualidade de vida no meio rural e fomentar práticas de agricultura urbana na RMBH. As proposições sobre agricultura também tiveram importante articulação com a questão ambiental, sendo associada a usos agroecológicos possíveis de serem incentivados em áreas de interesse ambiental. Essa perspectiva altera a visão em torno da agricultura como uso conflituoso com os recursos naturais, além de apresentar conexões importantes com a escala local. Assim, o planejamento incorpora áreas para o fortalecimento e a preservação do uso agrícola, e de promoção da transição agroecológica. Merece destaque também a proposta da Trama Verde e Azul (TVA), como estratégia de reestruturação territorial da RMBH, que tem como objetivo entre outros, assegurar a continuidade dos espaços naturais, rurais e urbanos (UFMG, 2014). Visa ainda minimizar conflitos gerados pela dispersão da expansão urbana, proteger áreas de produção agrícola, os complexos ambientais culturais de interesse metropolitano e das Unidades de Conservação. No conjunto de zoneamentos que compõem a TVA nos municípios, foram propostas Zonas de Diretrizes Especiais – Trama Verde e Azul – Agroecologia (ZDE AGROECO), que buscam conectar políticas intersetoriais de segurança alimentar e nutricional. Nestas reflexões, três dimensões se destacam: i) conexões no campo da institucionalidade, ii) linhas imaginárias e as complexidades territoriais, e iii) produção de conhecimento.

No que se refere às conexões institucionais, há pouca articulação na estrutura de gestão dos municípios, do estado de Minas Gerais e do governo federal entre os setores que lidam com as temáticas ditas urbanas e rurais, particularmente no que toca à atividade agropecuária. A dicotomia e pouca integração das pautas rural e urbana são observadas também na ação de organizações e movimentos sociais, agravada pela fragilidade da participação popular no planejamento, que dificulta a



construção da pauta da agricultura e da agroecologia. Por outro lado, a existência de articulação entre iniciativas de fortalecimento da agroecologia, da agricultura urbana e da agricultura familiar por organizações e movimentos sociais, setores governamentais e grupos de pesquisa, há mais de vinte anos possibilitou maior visibilidade dessas temáticas na agenda do planejamento. São exemplos de redes consolidadas a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana da RMBH - AMAU e a Rede Urbana de Agroecologia da RMBH - R.U.A. Metropolitana, além de organizações com a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - REDE, Associação AMANU - Educação, Ecologia e Solidariedade e o Grupo AUÊ/UFMG, bem como a EMATER-MG e a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH.

No que toca as linhas imaginárias e as complexidades territoriais, é importante destacar que processo de planejamento da RMBH tem apontado caminhos de superação de diversas dicotomias (sejam elas entre urbano e rural, urbano e ambiental, ambiental e agrícola). Entretanto, ainda prevalecem algumas definições rígidas que simplificam as leituras da realidade dos municípios da RMBH e não abrangem a complexidade dos territórios, dificultando a construção de ações integradas políticas, sociais, econômicas, ambientais, da legislação, etc. Como exemplo, a definição de rural e urbano por meio das linhas imaginárias de perímetros urbanos, alimentam a dinâmica imobiliária capitalista e, ao mesmo tempo, interferem no acesso das/os agricultoras/es a políticas públicas agrárias e à infraestrutura e serviços ditos urbanos (esgotamento sanitário, abastecimento de água, dentre outros). Ao longo do processo também foi importante incorporar no planejamento as práticas de agricultura localizadas na cidade. A agroecologia na Trama Verde Azul compreendeu tanto as práticas agrícolas em espaços intra-urbanos ou rurais. Com a articulação da agricultura à outras temáticas - como patrimônio, mobilidade e áreas de interesse ambiental, a TVA visibiliza conexões possíveis para se construir ações que contribuem para o bem viver na RMBH.

Por fim, destaca-se a produção de conhecimento que se construiu neste processo. São claras as lacunas na produção e acesso a dados e informações sobre a atividade agropecuária em municípios metropolitanos, pois as prefeituras têm pouca estrutura para sistematizar dados sobre a atividade agropecuária e as fontes de dados secundários, como IBGE, INCRA e outros, não explicitam informações importantes - como o modelo de produção, apresentam temporalidades distintas ou estão desatualizadas. Assim foram realizados levantamentos complementares relevantes sobre atividade agropecuária nos municípios (parceria com a EMATER-MG), apesar de diversas limitações. Esse acúmulo de experiência tem estimulado grupos de pesquisa, organizações populares e setores públicos a construir, de forma articulada, uma iniciativa permanente de produção de conhecimento e divulgação sobre a agroecologia, a agricultura urbana e a agricultura familiar na RMBH.



Conclusões

A incorporação coerente e efetiva da agroecologia em processos de planejamento urbano, metropolitano e regional ainda requer um longo percurso de aprendizado e amadurecimento, para a construção de subsídios e fortalecimento de sistemas agroalimentares agroecológicos em regiões metropolitanas e outros contextos territoriais. Ressalta-se a importância da experiência da RMBH e as provocações para reflexão. A possibilidade de construção de diretrizes metropolitanas requer outras ações mais estruturadas no âmbito municipal e regional, que considere as especificidades locais, sem perder de vista a abrangência metropolitana.

Entre os desafios, destaca-se a apropriação popular das propostas e dos instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo e a inserção deste debate no campo da agroecologia. Parte da potência e da riqueza destes processos se relaciona com a interinstitucionalidade e transversalidade no planejamento que, na RMBH, experimentou a conexão com processos mais amplos de agroecologia no território, fortalecendo mutuamente estes campos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Isto e Aquilo - agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2016.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, 2001.

TUPY, Igor; ALMEIDA, Daniela; MELGAÇO, Luisa. Notas sobre a produção agrícola na Região Metropolitana de Belo Horizonte: para além da irrelevância, inviabilidade e incompatibilidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, out. 2015.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das zonas de interesse metropolitano**. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH, Belo Horizonte. 2014.